



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

Religião & R.I.:

A Proteção Internacional do DH Fundamental de

Liberdade de Religião e Convicção e

a defesa *soft* do Governo Brasileiro

Israel Ferreira dos Santos

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais

Orientador: Professor PhD José Flávio Sombra Saraiva

Brasília

2015

RESUMO

Este artigo tem como objetivo, em primeiro lugar, explorar as avenidas interseccionais entre Religião e Relações Internacionais. Em segundo lugar, apresenta a **Liberdade de Religião ou Convicção** como um dos direitos humanos mais fundamentais a serem protegidos. Em terceiro lugar, informa sobre as múltiplas formas em que este direito essencial está sendo, até hoje, grosseiramente violado. Finalmente, avalia *en passant* a promoção do direito em análise pelo governo brasileiro. Ele sugere, portanto, que quando é protegido internacionalmente pelo Ministério das Relações Exteriores, trata-se de uma defesa muito fraca, muito branda.

Palavras-chave: Religião ; Relações Internacionais ; Direitos Humanos ; Liberdade de Religião ou Convicção ; Política Externa.

ABSTRACT

This article aims, first, to explore the intersected avenues of Religion and International Relations. Second, it introduces the **Freedom of Religion or Belief** as one of the most fundamental human rights to be ever protected. Third, it informs of the multiple ways in which this essential right is being, up to today, grossly violated. Finally, it evaluates *en passant* the promotion of the right in analysis by the Brazilian government. It thus suggests that when it's protected internationally by the Foreign Office, it's a very weak, too *soft* defence.

Keywords: Religion; International Relations; Human Rights; Freedom of Religion or Belief; Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

O presente empreendimento assemelha-se a um passeio fugaz a uma terra estrangeira alagada onde as impressões à vista ocultam da vista significados espessos, inacessíveis a viajantes apressurados. Com efeito, nos primórdios desta aventura, não tinha a dimensão hoje adquirida da imensidão dessas águas temáticas e seus múltiplos afluentes. Assim, esta diminuta peça pede desdobramentos ulteriores, pois aqui, neste trabalho, só se avista a ponta do *iceberg*.

Nessa correnteza, percebe-se primeiro a confluência entre a Religião e as Relações Internacionais, outrora ignorada e hoje redescoberta. Na margem direita, encontra-se o imprescindível ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção***, com várias de suas raízes expostas às águas turvas, revoltas. Por último, beirando à margem esquerda, navega à canoa o governo brasileiro, não raro rio acima do sentido da história que faz sentido. Esse é, meus senhores, o roteiro básico de nossa viagem.

Post Scriptum: Pede-se vênica, nesta jornada, para a utilização do sistema numérico da ABNT por pura economia de espaço.

I- RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

(...) In today's complicated world 'it is by no means clear what is in the realm of Caesar and what is in the realm of God.'

Yet this integration is essential in order to understand

the events in today's complicated world.

Jonathan Fox¹

A inserção do temário vinculado à Religião (aqui concebida no sentido mais lato possível) pode parecer, para muitos estudiosos das R.I., um assunto insólito, inapropriado até. Mas não é. Com efeito, em que pese à predominância de uma *mindset* secularizante ao longo da chamada Modernidade, os fenômenos religiosos têm teimosamente permanecido e mesmo experimentado *revivals* com implicações globais. Na verdade, há muito tem havido uma irrupção da religiosidade no mundo contemporâneo, capaz de perfurar, por assim dizer, o manto do secularismo propugnado por uma Modernidade triunfalista.

Essa abordagem moderna, a um só tempo determinista e teleológica, comumente alcunhada de “teoria da secularização”, baseou-se em pressupostos e prognósticos pessimistas em relação ao futuro da Religião no mundo:

(...) phenomenon inherent in modernity would lead to religion's inevitable decline as a social and political force. Science and reason were expected to replace religion's roles in society. Morality, or more accurately, definitions of proper behavior would be set by a combination of the mental health sciences and secular laws and enforced through surveillance technology. Modern states would rely on secular rather than religious bases for legitimacy, usually some form of connection between government and the will of the people. The increased power of the modern state would be able to manufacture social order without resort to religion. Secular institutions would fill roles traditionally held by religion. Also science would usurp religion's role in providing interpretations of the physical universe. A number of modern processes would reinforce this trend. Urbanization would undermine the traditional small communities where religion thrived. Universal education and literacy would remove religion's monopoly on knowledge and allow individuals to question religious precepts and formulate their own interpretations of religious texts. Science would replace religion's role in solving problems.²

Tais previsões não se cumpriram integralmente no mundo hodierno. Pelo contrário, em várias partes do mundo, houve um recrudescimento sem precedentes do fervor religioso. O sociólogo Peter Berger, outrora defensor daquela linha, capitula finalmente, em seu clássico *Desecularization of the World*, diante da realidade contemporânea:

My point is that the assumption that we live in a secularized world is false. The world today, with some exceptions (...), is a furiously religious as it ever was, and in some places more so than ever. This means that a whole body of literature by historians and social scientists loosely labeled 'secularization theory' is essentially mistaken.³

Esse crescimento exponencial do fenômeno religioso na cena internacional não foi, entretanto, digno de atenção proporcional por parte dos estudiosos das Relações Internacionais. A começar pelas principais teorias de R.I., autênticas camisas de força analíticas, que pouquíssimo espaço têm reservado à influência cada vez maior da Religião no mundo:

(...) major IR theories, ideas, and trends include an antireligious bias. This is not to say that they explicitly deny religion's importance, but rather that they do not include religion in the list of factors considered important. Realism focuses only on material

power and leaves little room for other motivations for state behavior. Liberalism and Marxism also focus on rationalist and economic factors. Constructivism argues that all structure is man-made. While in theory, this can accommodate religion, few if any constructivists do so. Concepts of the nation-state and self-determination focus on a state's ethnic character and its historic mission. If religion is included at all it is as one part among many of that ethnic heritage and history and not as a motivating force for behavior. Also, religion is difficult to quantify. Why is this a problem? The quantitative branch of IR scholarship is often accused of ignoring factors that are difficult to measure. This was certainly true of religion until the late 1990s. Thus, social scientists in general and IR scholars in particular were arguably blinded by their paradigms which left little room for religion.⁴

A maior parte da literatura sobre o tema aponta para uma falta de reação, por parte dos estudiosos das R.I., um verdadeiro *blind spot*. Jonathan Fox dá uma ideia quantitativa desse “desinteresse” geral:

In fact, IR scholarship can be said to have more profoundly rejected religion than the other social sciences. Unlike political science and sociology which had theories to explain religion's decline, IR scholarship had no such theory and the irrelevance of religion was simply taken for granted. Whenever IR scholarship did deal with religion, it was always subsumed into some other category... The pervasiveness of this phenomenon is demonstrated by a survey of four major IR journals which shows that only 6 of 1,600 articles published between 1980 and 1999 included religion as a significant element.⁵

Contudo, após os ataques terroristas islâmicos em solo estadunidense em 2001, houve um considerável aumento de atenção de vários estudiosos das R.I. à temática em tela, dando um xeque-mate nos pressupostos secularizantes:

Os ataques terroristas de 11 de Setembro, sem dúvida, demonstraram que o fenômeno religioso deve ser considerado pelas RI. Os aportes teóricos tradicionais do campo de estudos, no entanto, ignoraram sua importância por tanto tempo que se mostra difícil incorporá-la como nível de análise.

Parte da dificuldade desta disciplina é também compartilhada por outras disciplinas das Ciências Sociais, afinal o “hábito secularista”, herdado dos pais da sociologia sugere que haveria um declínio do religioso como consequência do processo de diferenciação. Tanto para os que apostaram no declínio quanto os que apostaram na privatização da religião parecem ter perdido o jogo. A religião tem influenciado a política, seja como um fator primordial ou retórico.⁶

A maior parte dos autores vê esse fato como um *turning point* com relação à inação acadêmica aludida, ampliando a área para temas correlatos:

*Religion as an actor or issue is most visible in areas that transcend state borders... Religiously motivated terrorism, and the international struggle over the issue of human rights, **including religious human rights**, are the most noticeable global issues influenced by religion but not the only ones. Indeed transnational issues like women's rights and family planning have religious aspects or overtones.*⁷

E é justamente nesse campo dos direitos humanos religiosos destacados acima que este artigo se deterá com mais vagar.

II- O DIREITO HUMANO À **LIBERDADE DE RELIGIÃO E CONVICÇÃO**

*... it is a fundamental human right, and a privilege of nature
(humani iuris et naturalis potestatis),
that each person may worship whatever he wishes:
one man's religion neither harms nor benefits another man.
It is assuredly not for religion to compel religion,
to which free-will and not force should lead us.
Tertullian, To Scapula, 212A.D.*

O direito humano em apreço figura entre os mais essenciais: “(...) *the right to freedom of religion and of belief is recognized as one of the fundamental human rights in several international instruments...*”.⁸ Ele integra os direitos que conformam o chamado **forum internum** (Liberdade de Pensamento, Consciência, Religião e Convicção) que não são passíveis de derrogação mesmo em situações críticas e que não podem ser alvo de limitações aleatórias, mas apenas aquelas estritamente previstas em lei que atendam a necessidades (mormente temporárias) definidas por parâmetros específicos:

*(...) freedom of thought and conscience are protected equally with freedom of religion and belief. The fundamental character of these freedoms is also reflected in the fact that this provision cannot be derogated from, even in time of public emergency (...). The Committee also points out that restrictions on the freedom to manifest religion or belief are permitted only if limitations are prescribed by law and are necessary to protect public safety, order, health or morals, or the fundamental rights and freedoms of others and are not applied in a manner that vitiates the rights of freedom of thought, conscience and religion.*⁹

É de bom alvitre destacar, desde o início, que o **Direito à Liberdade de Religião e Convicção** aqui adotado abarca o espectro amplo das religiões (majoritárias, minoritárias, tradicionais, recentes, etc) e de convicções (filosóficas, ideológicas, etc). Em suma, visa amparar igualmente os que crêem e os que não

crêem em coisa alguma: “(...) *theistic, non-theistic and atheistic believers and those who do not profess any religion or belief are equally protected. All of them have important roles to play in building pluralistic societies for the twenty-first century.*”¹⁰

Pode-se dizer que a luta pela liberdade religiosa e de convicção dista de tempos imemoriais. Contudo, foi com o advento da Era Cristã e a conseguinte e implacável perseguição perpetrada pelo Império Romano, que o conceito de liberdade religiosa como direito encorpou-se, como é possível depreender, por exemplo, da parte de um dos representantes da Patrística epigrafado no exórdio desta seção. Na Modernidade ganhou status legal:

A liberdade de crença foi introduzida no pensamento jurídico através da Declaração de Direitos da Virgínia (1776), o qual ditava que “todos os homens têm igual direito ao livre exercício da religião, segundo os ditames da consciência”. A primeira emenda à Constituição americana (1789) previa que o “Congresso não poderá passar nenhuma lei estabelecendo uma religião, proibindo o livre exercício dos cultos”. Na França, em 1789, a Declaração de Direitos do Homem, no artigo 10, determinava que “ninguém deve ser inquietado por suas opiniões mesmo religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei”. Posteriormente, em 1795, a Convenção Nacional ordenou a separação da Igreja do Estado. Nesta seara, “Napoleão assinou, em 1802, uma concordata com a Igreja Católica, tornando-a igreja oficial do Estado [...] e em 1803, confraternizou com as igrejas protestantes”, e em 1905 foi novamente votada a separação entre Igreja e o Estado.¹¹

Já na contemporaneidade, o marco legal *par excellence* de defesa desse direito é a decantada **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, do imediato pós-guerra, que reza desde o seu início:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, **de religião**, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.¹²

Se a referência inicial à religião é por demais genérica e econômica, a Declaração reserva um artigo exclusivo (o 18º) e abrangente ao nosso objeto de estudo:

Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.¹³

Outro diploma legal importante, nesse sentido, é o **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**, do qual o Brasil é signatário, que não só ratifica os termos da Declaração referida acima (coincide até no número do artigo, 18), no que se refere ao direito em discussão, mas avança um pouco mais em seu escopo:

§1. Toda pessoa terá direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.

§2. Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha.

§3. A liberdade de manifestar a própria religião ou crença estará sujeita apenas às limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

§4. Os Estados-partes no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais - e, quando for o caso, dos tutores legais - de assegurar aos filhos a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.¹⁴

Contudo, o primeiro instrumento internacional legal dedicado *exclusivamente* ao direito em análise é a **Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções**, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1981 e que, pela sua relevância evidente para este artigo, merece ser citada pelo menos no seu *corpus* principal:

ARTIGO I

§1. Toda pessoa tem o direito de liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito inclui a liberdade de ter uma religião ou qualquer convicção a sua escolha, assim como a liberdade de manifestar sua religião ou suas convicções individuais ou coletivamente, tanto em público como em privado, mediante o culto, a observância, a prática e o ensino.

§2. Ninguém será objeto de coação capaz de limitar a sua liberdade de ter uma religião ou convicções de sua escolha.

3. A liberdade de manifestar a própria religião ou as próprias convicções estará sujeita unicamente às limitações prescritas na lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a

ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.

ARTIGO II

§1. Ninguém será objeto de discriminação por motivos de religião ou convicções por parte de nenhum estado, instituição, grupo de pessoas ou particulares.

§2. Aos efeitos da presente declaração, entende-se por “intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções” toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e o exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

ARTIGO III

A discriminação entre os seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, e deve ser condenada como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal de Direitos Humanos e enunciados detalhadamente nos Pactos internacionais de direitos humanos, e como um obstáculo para as relações amistosas e pacíficas entre as nações.

ARTIGO IV

§1. Todos os estados adotarão medidas eficazes para prevenir e eliminar toda discriminação por motivos de religião ou convicções no reconhecimento, o exercício e o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em todas as esferas da vida civil, econômica, política, social e cultural.

§2. Todos os Estados farão todos os esforços necessários para promulgar ou derrogar leis, segundo seja o caso, a fim de proibir toda discriminação deste tipo e por tomar as medidas adequadas para combater a intolerância por motivos ou convicções na matéria.

ARTIGO V

§1. Os pais, ou no caso os tutores legais de uma criança terão o direito de organizar sua vida familiar conforme sua religião ou suas convicções e devem levar em conta a educação moral em que acreditem e queiram educar suas crianças.

§2. Toda criança gozará o direito de ter acesso à educação em matéria de religião ou convicções conforme seus desejos ou, no caso, seus tutores legais, e não lhes será obrigado a instrução em uma religião ou convicções contra o desejo de seus pais ou tutores legais, servindo de princípio essencial o interesse superior da criança.

§3. A criança estará protegida de qualquer forma de discriminação por motivos de religião ou convicções. Ela será educada em um espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universal, respeito à liberdade de religião ou de convicções dos demais e em plena consciência de que sua energia e seus talentos devem dedicar-se ao serviço da humanidade.

§4. Quando uma criança não esteja sob a tutela de seus pais nem de seus tutores legais, serão levados em consideração os desejos expressos por eles ou qualquer outra prova que se

tenha obtido de seus desejos em matéria de religião ou de convicções, servindo de princípio orientador o interesse superior da criança.

§5. A prática da religião ou convicções em que se educa uma criança não deverá prejudicar sua saúde física ou mental nem seu desenvolvimento integral levando em conta o "§3 do artigo 1º" da presente Declaração.

ARTIGO VI

Conforme o "artigo 1º" da presente Declaração e sem prejuízo do disposto no "§3 do artigo 1º", o direito à liberdade de pensamento, de consciência, de religião ou de convicções compreenderá especialmente as seguintes liberdades:

- a) A de praticar o culto e o de celebrar reuniões sobre a religião ou as convicções, e de fundar e manter lugares para esses fins.
- b) A de fundar e manter instituições de beneficência ou humanitárias adequadas.
- c) A de confeccionar, adquirir e utilizar em quantidade suficiente os artigos e materiais necessários para os ritos e costumes de uma religião ou convicção.
- d) A de escrever, publicar e difundir publicações pertinentes a essas esferas.
- e) A de ensinar a religião ou as convicções em lugares aptos para esses fins.
- f) A de solicitar e receber contribuições voluntárias financeiras e de outro tipo de particulares e instituições;
- g) A de capacitar, nomear, eleger e designar por sucessão os dirigentes que correspondam segundo as necessidades e normas de qualquer religião ou convicção.
- h) A de observar dias de descanso e de comemorar festividades e cerimônias de acordo com os preceitos de uma religião ou convicção.
- i) A de estabelecer e manter comunicações com indivíduos e comunidades sobre questões de religião ou convicções no âmbito nacional ou internacional.

ARTIGO VII

Os direitos e liberdades enunciados na presente Declaração serão concedidos na legislação nacional de modo tal que todos possam desfrutar deles na prática.

ARTIGO VIII

Nada do que está disposto na presente declaração será entendido de forma que restrinja ou derogue algum dos direitos definidos na Declaração Universal de Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.¹⁵

Estimam-se quase três dezenas de instrumentos internacionais sobre direitos humanos que possuem provisões específicas relacionadas à **Liberdade de Religião ou Convicção**. No entanto, nem todos têm caráter cogente, como a Declaração exclusiva aludida há pouco (reforçada pela Resolução 48/128, de 1993/4), mas influenciam fortemente, mesmo assim, legislações nacionais:

*Although the 1981 Declaration is not binding at the strictly legal level, it may nevertheless be considered as a morally binding instrument for the States which have acceded to it. (...) The existence of international legal standards guaranteeing the right to freedom of thought, conscience and religion is therefore undeniable. Such guarantees are also found, at the internal level, in many national legislations, either in constitutional texts or other legislative provisions...*¹⁶

Esse é o caso do Brasil, Estado laico desde 1891, que contém na sua atual Carta Magna dispositivos protetores ao direito em questão, como por exemplo:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.¹⁷

No âmbito da ONU foi instituído o “Relator Especial sobre Intolerância Religiosa”, depois rebatizado como “Relator Especial sobre Liberdade Religiosa e Convicção” (*Special Rapporteur on Freedom of Religion or Belief*). Trata-se de um *expert* independente, apontado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, com o objetivo de identificar obstáculos existentes e emergentes ao pleno gozo do direito em foco e de apresentar recomendações para superá-los. Até o momento, foram estes os quatro relatores que exerceram o mandato: a) Sr. Angelo d’Almeida Ribeiro (Portugal), Março de 1986 a Março de 1993; b) Sr. Abdelfattah Amor (Tunísia), Abril de 1993 a Julho de 2004; c) Sr^a. Asma Jahangir (Paquistão), Agosto de 2004 a Julho de 2010 e d) Sr. Heiner Bielefeldt (Alemanha), desde 1º de Agosto de 2010.

Cabe, nesta quadra, destacar pelo menos alguns aspectos peculiares ao direito em exame, não facilmente perceptíveis aos leigos no assunto, e suas respectivas implicações. O primeiro deles é a **liberdade de adotar, mudar e renunciar a uma religião ou convicção**, o que ainda é severamente ameaçado em muitas partes do mundo, em total descompasso com o Direito Internacional:

Non-State actors, and sometimes even State authorities, continue to threaten or discriminate against individuals who have changed their religion. This problem remains an alarming one in a number of countries (...) Religious leaders and opinion makers should become aware that not only is conversion to their own religion or belief protected, but the decision to replace one’s current religion

*or belief with a different one is too. The possibility of changing, choosing, replacing and retaining one's religion or belief is fundamental to freedom of thought, conscience and religion. No person ought to face intolerance, discrimination or persecution because of his or her decision to change religion or belief or not to have one. In addition, obliging individuals to disclose their religion or belief in official documents might increase their risk of being persecuted.*¹⁸

Essa última exigência mencionada, a saber, a obrigação de **identificação da religião ou convicção em documentos oficiais** é também uma causa de preocupação em certos países. É o caso, por exemplo, do Paquistão, fato atestado através de visita do Relator Especial:

*All passports include a reference to the religion of the holder. According to the authorities, this formality is due in part to the pilgrimage to Mecca in Saudi Arabia giving rise to a need to identify applications by unauthorized Ahmadis, who are considered non-Muslims.(...) Christians are also reported to be faced with administrative difficulties (such as visa formalities) on the occasion of the visits of Christian clergy and personalities from abroad. (...) The Special Rapporteur also considers that no mention of religion should be included on passports, on identity card application forms or on any other administrative documents. Deletion of the statement required of Muslims regarding non-recognition of Ahmadis as Muslims in passport application forms is strongly recommended.*¹⁹

Outro aspecto importante refere-se às **atividades missionárias** reconhecidamente cobertas pelos dispositivos legais outrora expostos:

*Freedom of religion and conscience certainly entails accepting proselytism, even where it is not respectable. Believers and agnostic philosophers have a right to expound their beliefs, to try to get other people to share them and even to try to convert those whom they are addressing.*²⁰

Como acontece de resto com os demais direitos, o ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção*** não é absoluto, mas pode ser limitado pelos parâmetros já aludidos. É crucial, nesse diapasão, distinguir claramente conceitos e práticas a fim de não embotar o direito em questão por conta das possíveis distorções do mesmo, como ilustra decisão tomada pela Corte Europeia de Direitos Humanos:

(...) a distinction has to be made between bearing Christian witness and improper proselytism. The former corresponds to true evangelism, which a report drawn up in 1956 under the auspices of the World Council of Churches describes as an essential mission and a responsibility of every Christian and every Church. The latter represents a corruption or deformation of it. It may, according to the same report, take the form of activities offering material or social advantages with a view to gaining new members for a Church or exerting improper pressure on people in distress or in need; it may even entail the use of violence or

*brainwashing; more generally, it is not compatible with respect for the freedom of thought, conscience and religion of others.*²¹

Nos tempos sombrios atuais nos quais o grupo terrorista Estado Islâmico (EI) vem destruindo obras de inestimável valor que compõem parte do **Patrimônio Cultural da Humanidade** no Iraque, é de bom tom lembrar o apelo do Relator Especial quando da destruição, pelo também obscurantista Talibã, dos Budas de Bamiyan: “(...) *the international community should react strongly and take steps to effectively protect religious sites and monuments, including those which are part of the cultural heritage of mankind.*”²²

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração, para um pleno gozo do direito em avaliação, é a **sacralidade da terra** para os povos autóctones: “*The land, the source of identity, thus has a religious dimension and meaning for indigenous peoples. It constitutes the matrix for their beliefs and a support for the manifestation of those beliefs.*”²³

A questão da **objeção de consciência** também é levada em consideração no âmbito do tema que estamos tratando. Ela é legítima, como nos casos de prestação de serviço militar, desde que providenciadas alternativas razoáveis e compatíveis com a objeção, como postula o Relator Especial:

*Conscientious objectors should be exempted from combat but could be required to perform comparable alternative service of various kinds, which should be compatible with their reasons for conscientious objection, should such service exist in their country. To avoid opportunism, it would be acceptable if this service were at least as onerous as military service, but not so onerous as to constitute a punishment for the objector. They could also be asked to perform alternative service useful to the public interest, which may be aimed at social improvement, development or promotion of international peace and understanding.*²⁴

Se, por fim nesta seção, todos direitos humanos são *universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados*, como proclama a Declaração de Viena (1993), não é forçoso conceber que a negação do ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção*** leva, na maioria das vezes, à supressão de outros direitos básicos:

Discrimination may also occur in the exercise of the right to health. In one country, for example, the members of a religious community are denied access to medical care. Obstacles, on religious grounds are sometimes put in the way of obtaining

*housing. Thus, in one country, housing has on occasion been refused to believers, quite illegally, however, according to the laws of the country. Similarly, premises used, sometimes with legal permission, for religious meetings have been attacked, their windows broken and doors smashed. Discrimination in education may take a variety of forms. It may occur in the form of vexations suffered at school by the children of believers on the part of teachers or other pupils; in certain countries, young believers are excluded from access to higher education. Sometimes, the discovery of a student's adherence to a particular religious denomination may lead to his expulsion from the university...*²⁵

Outros aspectos destacados poderão ser conhecidos através do relevante *General Comment 22* do Comitê de Direitos Humanos da ONU.

III- VIOLAÇÕES SISTEMÁTICAS DO DIREITO À LIBERDADE DE RELIGIÃO E CONVICÇÃO

O sangue dos mártires é a semente da igreja.

Tertuliano, Séc.II

No momento no qual este artigo é escrito, o mundo ainda está estarecido pela ampla divulgação, no dia 15/02/2015, de vídeo mostrando a decapitação sumária de 21 Cristãos Coptas egípcios sequestrados na Líbia pelo grupo terrorista *Estado Islâmico*²⁶ (recentemente aliado ao *Boko Haram*, outro implacável perseguidor de cristãos na Nigéria²⁷). O título da publicação, “*Uma mensagem assinada com sangue para a nação da cruz*”²⁸, não deixou dúvidas de que aqueles trabalhadores emigrantes estavam sendo martirizados única e exclusivamente por conta da sua fé. Os Cristãos Coptas habitam o Egito há dois milênios, onde são minoria e convivem com a perseguição há muito tempo, pois suas igrejas são saqueadas, queimadas e muitos dos seus líderes e fiéis são presos, torturados e martirizados, como ocorreu recentemente no contexto da *Primavera Árabe* quando os *Irmãos Muçulmanos* tomaram o poder.

Se para os Coptas egípcios a perseguição religiosa não é recente nem isolada, o mesmo pode se dizer de outros grupos cristãos em várias partes do mundo. Membros de outras confissões religiosas também são perseguidos (Bahá'ís, Muçulmanos, Budistas, Testemunhas de Jeová, Mórmons, Judeus, etc) e de fé alguma (Ateus, Agnósticos, etc). O Prof. Antônio Augusto Cançado Trindade reconhece a seriedade e longevidade desse tipo de transgressão:

Apesar de todos os avanços registrados nas últimas décadas na proteção internacional dos direitos humanos, têm persistido **violações graves e maciças** destes últimos. Às violações “tradicionais”, em particular de alguns direitos civis e políticos (como as liberdades de pensamento, expressão e informação, e o devido processo legal), que continuam a ocorrer, infelizmente têm se somado **graves discriminações** (contra membros de minorias e outros grupos vulneráveis, de base étnica, nacional, **religiosa** e lingüística), além de violações de direitos fundamentais e do direito internacional humanitário.²⁹

No caso específico do ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção*** o volume de violações é gigantesco, em diversos países do planeta. **Ateus**, geralmente minoritários, são alvos fáceis de grupos intolerantes não raro apoiados por Estados: “(...) *the Saudi regime uses harsh sharia punishments such as beheading and last year al-Azhar launched a campaign to rid Egypt of unbelief after a survey claimed the country held precisely 866 atheists.*”³⁰ Outro exemplo recente foi o assassinato de dois blogueiros ateus em Bangladesh por serem acusados de blasfêmia por muçulmanos linhas-duras, segundo informações do site *Christian Today*.³¹

Este ano marca o 26º Aniversário do Desaparecimento de Gedhun Choekyi Nyima, considerado a 11ª reencarnação de *Panchen Lama* pelo Dalai Lama.³² O Governo Chinês já foi alvo de comunicação contundente do Relator Especial pois é réu confesso da abdução do então menino aos 6 anos de idade: “*The Special Rapporteur wished to express her concern about the grave interference with the freedom of belief of the **Tibetan Buddhists** who have the right to determine their clergy in accordance with their own rites and who have been deprived of their religious leader.*”³³

Casos de perseguição **islamofóbica** são abundantes, parte deles causados por governos autoritários, grupos xenófobos³⁴, outras religiões (ex. Hindus) e até mesmo por outros muçulmanos extremistas. A esta altura, cabe auscultar a avaliação do Relator Especial acerca dos perigos do extremismo em qualquer religião ou convicção:

*(...) the nature of religious extremism is such as to jeopardize the right of individuals and of peoples to peace and to prejudice human rights as a whole. He noted that religious extremism acts as a cancer in a religious group of any denomination and that it affects the members of that religious group just as much as those of other religious groups. He added that **extremism in any religion**, wherever it appears, openly or latently, covertly or overtly, and*

*potentially or explicitly violent, merits a hard look at the causes — including economic and social causes — and at its immediate and longer-term effects. Additional aspects of extremism include such phenomena as collective suicides by followers of certain groups, terrorist acts by new religious movements and the impact of suicide attacks with an alleged religious motivation.*³⁵

O **extremismo** é tão prejudicial que pode relegar ao ostracismo toda uma comunidade, forjando preconceitos, generalizações e estereótipos redutores, que se constituem em verdadeiras centelhas da perseguição. Esse é o caso, por exemplo, do movimento contemporâneo PERGIDA (*Patriotic Europeans against the Islamisation of the West*)³⁶ que ocorre na Alemanha hodierna, no embalo do expressivo crescimento da extrema direita europeia. Até no Brasil, país considerado dos mais tolerantes, aparecem casos de islamofobia, felizmente bastante raros.³⁷

É necessário dizer, neste ponto, que o *Relator Especial sobre a Liberdade de Religião e Convicção* da ONU recebe informações desde o início não só de fontes oficiais (estatais, governamentais), por razões óbvias, mas também considera relevantes contribuições confiáveis de ONGs defensoras dos DH, universidades, grupos humanistas, denominações religiosas, *think tanks*, *watch dogs*, institutos de pesquisas, etc:

*The following non-governmental organizations, in consultative status with the Economic and Social Council or on its Roster, also replied: Amnesty International, Baha'i International Community, Commission of the Churches on International Affairs of the World Council of Churches, Four Directions' Council, Friends World Committee for Consultation, International Association for Religious Freedom, International Commission of Jurists, International Federation for the Protection of the Rights of Ethnic, Religious, Linguistic and Other Minorities, International Humanist and Ethnical Union, International PEN, Inter-Parliamentary Union, Lutheran World Federation, Minority Rights Group, Survival International, World Union for Progressive Judaism. **The Special Rapporteur also received information from various other religious or secular sources reporting alleged infringements of the provisions of the Declaration in many countries.***³⁸

Nesse sentido, vale consultar algumas pesquisas não-governamentais sobre o fenômeno em análise. Uma pesquisa robusta do *Pew Research Center* (2014) comprova uma espiral crescente por 6 anos seguidos de hostilidades sociais envolvendo religião (além das restrições perpetradas por governos):

*The share of countries with a high or very high level of **social hostilities involving religion** reached a six-year peak in 2012,*

according to a new study by the Pew Research Center. A third (33%) of the 198 countries and territories included in the study had high religious hostilities in 2012, up from 29% in 2011 and 20% as of mid-2007. **Religious hostilities increased in every major region of the world except the Americas.** The sharpest increase was in the Middle East and North Africa, which still is feeling the effects of the 2010-11 political uprisings known as the Arab Spring.¹ There also was a significant increase in religious hostilities in the Asia-Pacific region, where China edged into the “high” category for the first time.³⁹

Embora o último relatório revele um ligeiro declínio dessas hostilidades sociais em 2013, o nível de restrições governamentais classificadas entre altas e muito altas permaneceu basicamente estável.⁴⁰ Outras pesquisas, como a *Religious Freedom Report* (Outubro de 2012- Junho de 2014) apresentam resultados e conclusões distintos, porém análogos:

1. Of the 196 countries in the world, 81 countries – or 41 percent – are identified as places where religious freedom is impaired (classified as “high” or “medium”) or is in decline.
2. A total of 35 countries – or 18 percent – were classified as having some religious freedom issues that are “of concern”, but with no deterioration in their status.
3. The remaining 80 countries – or 41 percent – indicated no concerns regarding religious freedom. The report found no regular or systemic religious freedom violations in these nations.
4. Where there has been a change concerning religious freedom, that change has almost always been for the worse. In the 196 countries analysed, change for the better is noted in only six countries. Deteriorating conditions are recorded in 55 countries (or 28 percent).
5. Even in the six countries where some improvements have been noted, four – Iran, United Arab Emirates, Cuba and Qatar – remain classified as places of “high” or “medium” persecution. Zimbabwe and Taiwan are classified “of concern” and “low” respectively.
6. In total, 20 countries are designated as “high” with regard to lack of religious freedom.
 - a. Of these, 14 experience **religious persecution linked to extremist Islam**. These are: Afghanistan, Central African Republic, Egypt, Iran, Iraq, Libya, Maldives, Nigeria, Pakistan, Saudi Arabia, Somalia, Sudan, Syria and Yemen.
 - b. In the remaining six countries, **religious persecution is linked to authoritarian regimes**. These are: Burma (Myanmar), China, Eritrea, North Korea, Azerbaijan and Uzbekistan.
- Based on these findings, the Report concludes:**
7. In the period under review, global religious freedom entered a period of serious decline.
8. The impression given by global media headlines of **a rising tide of persecution aimed at marginalised religious communities is supported by this research.**

9. *Muslim countries predominate in the list of states with the most serious religious freedom violations.*

10. *Religious freedom is in decline in Western countries that are predominantly or historically Christian. Two principal factors explain this. First, there is disagreement over the role to be played by religion in the 'public square'. Second, openness to religious freedom is under threat from increasing societal concern about extremism.*

11. *Christians remain the most persecuted religious minority, due partly to their wide geographic spread and high relative numbers. However, Muslims are also experiencing a serious degree of persecution and discrimination, both at the hands of other Muslims and from authoritarian governments.*

12. *Jews in Western Europe are subject to violence and other abuse that is generally low-level. However, such problems have grown, prompting increased emigration to Israel.*

13. *Some positive signs of religious co-operation were identified, but these were often the result of local initiatives rather than progress at a national level.*

14. *The persecution of long-established religious minorities, and the rise of mono-confessional states, is resulting in exceptionally high population displacements that contribute to the worldwide refugee crisis.*

15. *The countries of Western Europe, which until recent decades were overwhelmingly Christian and racially homogenous, are becoming more like the multi-confessional and diverse societies of the Middle East. This is generating tensions, both political and social.*

16. *The rise of "religious illiteracy" among both Western policy makers and the international media is hampering productive dialogue and effective policy making.*

17. *We conclude that, to reverse the disturbing trends identified in this Report, **responsibility for combatting violence and persecution rests, first and foremost, within religious communities themselves.** The necessity for all religious leaders to loudly proclaim their opposition to religiously-inspired violence, and to re-affirm their support for religious tolerance, is becoming ever more urgent.*⁴¹

É consenso, nas pesquisas de várias fontes sérias dedicadas à temática, o que essa *Religious Freedom Report* afirma na conclusão nº 11: os cristãos continuam sendo a minoria religiosa mais perseguida no mundo (Cristãos aqui no sentido lato: Coptas, Católicos, Protestantes/Evangélicos, Ortodoxos, etc). Trata-se da **Cristofobia**, como alcinha a imprensa em geral.⁴² As fontes de perseguição são variadas como Governos Autoritários/Totalitários, Governos com ideologias de pressupostos Ateístas (Comunismo, Socialismo, etc); Religiões Majoritárias (como Hinduísmo, etc) e, principalmente, regimes islâmicos que praticam violência sectária. Nessa direção, vale lamentar com o Relator Especial o paradoxo em que se constitui a perseguição inter-religiosa que, como se não bastassem as fontes seculares, violam

de forma ainda mais acintosa o fundamental ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção***:

*(...) it has to be acknowledged that the phenomenon of intolerance in matters of conviction or belief continues to be a disturbing feature in many regions of the world. Admittedly, the phenomenon is an age-old one which has already caused the loss of many lives by bringing about many wars and savage repression throughout human history. Moreover, it is somewhat paradoxical that such manifestations of intolerance have occurred in the name of religions and convictions, most of which advocate first and foremost respect for human values and love of one's neighbour.*⁴³

Destarte, o direito na berlinda em análise tem sido violado de diversas formas como através da proibição legal de se orar em público ou em privado⁴⁴, da definição de proselitismo, conversão ou apostasia como crime⁴⁵, pela negação do direito de apelação aos “infiéis”,⁴⁶ pela dessacralização de cemitérios,⁴⁷ pela prisão de seguidores de determinada fé ou convicção,⁴⁸ etc. O corolário nefasto dessas transgressões tem sido, frequentemente, a violação do mais importante e fundamental dos DH que é o **Direito à Vida**, suprimido de várias maneiras em contextos diversos:

The right to life, a fundamental right from which all other human rights flow, is of primary importance and is proclaimed in all international instruments relating to human rights.

*(...) In extreme cases, **religious intolerance** leads to the denial of the' right to life. Infringements of this fundamental right may take various forms.*

*At times, the occurrence of armed conflicts caused, inter alia, by religious factors leads, in some cases to heavy loss of life. In a current international conflict between two neighbouring countries, in which the number of casualties is estimated to be in the hundreds of thousands, religious dissensions are contributing to hold up any peaceful solution. Similarly, in the recent past **several wars which resulted in heavy loss of life were fought partly on religious grounds**. This is equally true of civil wars in which the members of **several sects and religious denominations confront each other**. Even in certain countries where there is no prevailing climate of civil war, confrontations between religious communities may lead to violence and cause the death of many persons.*

*Situations also occur where **members of a religious minority are the victims of persecution that is more or less tolerated by the authorities**. In several countries, cases have been reported of murders committed either collectively or by individuals against members of religious minorities, with **no proper legal proceedings** being instituted against the principals.*

*Sometimes the **authorities** are more directly implicated in the infringement of the right to life. In several countries, religious*

authorities have been assassinated by members of the armed forces or the police.

*(...) In other cases, religious grounds are not expressly invoked, and political reasons or charges of espionage or sabotage are adduced. **However, there is every reason to believe that religious considerations are the cause of these executions.***⁴⁹

Esses tipos de violações são divulgados semanalmente pela imprensa internacional e diariamente por organizações não-governamentais dedicadas exclusivamente ao temário. Seria uma tarefa interminável dar conta de todos os casos publicados apenas nos últimos anos. Ainda assim, espera-se que este capítulo permita entrever minimamente a magnitude das transgressões, teimosamente em curso na atualidade, a tão básico direito.

IV- O GOVERNO BRASILEIRO E A DEFESA DO DIREITO À LIBERDADE DE RELIGIÃO E CONVICÇÃO

(...) The best means of preventing and combating fanaticism and extremism is to uphold human rights.
Rapporteur's Digest⁵⁰

In a global scenario marked by crisis and change, the same principles that have guided the government's actions on the domestic front have inspired its efforts on the international sphere. The human rights perspective, which has been historically used to translate social demands into policies and actions that promote and fulfil the fundamental rights of all people, is equally relevant beyond the nation's borders. For, ultimately in a multi-polar world, human rights emerge as a fundamental pillar in the pursuit of lasting peace.
Brazilian Government before the UN Human Rights Council⁵¹

Em face da influência crescente dos fenômenos religiosos no cenário internacional (cap.I), da importância fulcral do ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção*** no contexto dos mais fundamentais Direitos Humanos (cap.II), e das violações frequentes a esse direito em todos continentes do globo (cap.III), é imperativo indagar o que tem feito o Governo Brasileiro na promoção e proteção requeridas desse direito humano essencial no seio da comunidade internacional (cap.IV).

Tal tarefa será aqui apresentada, é bom que se esclareça logo, de forma parcial e inacabada por conta de múltiplos empecilhos iniciais. O primeiro deles (e quiçá mais sintomático) é o fato de esse ser um “*tema periférico*”, no dizer franco de um diplomata lotado no Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty.⁵² O segundo é o acesso a dados, pronunciamentos, relatórios, etc do

Governo Brasileiro relacionados à temática, mesmo quando foi solicitado via *Lei de Acesso à Informação*, o que precisou ser feito por três vezes para ser atendido, com atraso.⁵³ O terceiro é que as respostas finalmente dadas a perguntas específicas foram por demais genéricas, lacônicas e imprecisas, não fornecendo assim uma narrativa consistente e inteligível acerca da defesa (ou não) do direito em estima. Por último, para ficar nos principais, deve-se levar em conta os propósitos limitados desta empresa neste nível (adiante serão indicadas propostas de aprofundamento) e as próprias limitações (teóricas, pessoais, etc) deste autor. Por isso, haverá mais o levantamento de hipóteses, conjecturas e a indicação de certas incongruências e acertos na atuação do Governo Brasileiro além de se adotar uma perspectiva mais normativa/propositiva.

Deve-se reconhecer, de início, que o Brasil avançou substancialmente em matéria de respeito aos Direitos Humanos após um longo período de exceção (ditadura militar) e, sobretudo, com a adoção da chamada *Constituição Cidadã* de 1988. Também é reconhecido internacionalmente o esforço, dos últimos governos democráticos, pelo desenvolvimento econômico e social, levando a uma maior justiça social e equidade, parcelas expressivas da população brasileira, até então relegadas. No que tange ao *Direito à Liberdade de Religião e Convicção* em particular, o país é considerado relativamente como um dos mais tolerantes do mundo em respeito à diversidade social e histórica de etnias, credos, etc. Nesse sentido, o Brasil possui considerável ativos de *soft power*, para usar conceito caro aos estudos de R.I., sobretudo em matéria de Direitos Humanos (novamente em termos relativos, pois ainda há várias mazelas nessa área a se considerar, como a situação dos presídios, a proteção efetiva dos indígenas, a violência urbana, etc).

Na seara internacional (sem pormenores terminológicos, conceituais ou cronológicos), o Brasil tem-se despontado como um dos principais emergentes que, além de *global trader*, anseia ardentemente a posição de *global player*. Contudo, no que tange à matéria de Direitos Humanos, o país tem sido criticado (pela imprensa⁵⁴, academia,⁵⁵ ONGs e organizações internacionais) por sacrificar a defesa (que já fora mais veemente) dos Direitos Humanos no altar do pragmatismo político-econômico da Política Externa, sobretudo a partir dos anos 2000. Um exemplo eloquente desse paradigma, dentre vários, foi a justificativa dada pelo então Chanceler do governo

Lula a uma visita de Estado a um ditador africano (nos tempos de exacerbação da chamada *Diplomacia Presidencial*), no qual ele teria afirmado que “negócios são negócios” e que “os direitos humanos são uma pregação moralista”.⁵⁶

E foi justamente no do duplo governo Lula que esse modelo se conformou e sobre o qual as críticas foram mais contundentes:

Infelizmente, podemos afirmar que o governo Lula não contribuiu para aumentar o ônus político internacional de governos que violam sistematicamente os direitos humanos. Ao contrário, em determinadas ocasiões acabou por legitimar a ação desses países ao protegê-los com o manto do diálogo e da cooperação. (...) No entanto, tal diálogo pressupõe que o Brasil reconheça as violações praticadas pelos países dos quais se aproxima e coloque-se a favor da responsabilização dos violadores e da reparação às vítimas. Caso contrário, o Brasil corre o risco de legitimar tais violações, o que é moral e constitucionalmente repreensível, além de por em xeque o espaço que vem conquistando internacionalmente.⁵⁷

Nesse período a atuação da diplomacia brasileira nos fóruns multilaterais dedicados aos Direitos Humanos, como o prestigioso CDH da ONU, foi avaliada por vezes negativamente dada a sua hesitação (chamada por muitos de omissão ou conivência) em casos notórios de violações aos DH:

(...) há casos graves em que as posições brasileiras não favoreceram ou até mesmo enfraqueceram a capacidade do Conselho de Direitos Humanos da ONU em atuar diante de violações no mundo. Posições ambíguas adotadas pela delegação brasileira durante o governo Lula frente a resoluções multilaterais que tratam de violações ocorridas em países específicos sustentam esta preocupação. Os casos das resoluções do CDH sobre violações sistemáticas de direitos na Coreia do Norte e no Sri Lanka são paradigmáticos e significativos.⁵⁸

Em resposta à indagação deste autor acerca da atuação internacional do Governo Brasileiro em prol do ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção*** o MRE esclareceu que: “O Brasil considera o Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos como meio apropriado para manifestar preocupação com situações de possíveis violações aos direitos humanos em outros países, *inclusive em matéria de liberdade religiosa*.”⁵⁹

Em uma análise preliminar, ficou patente que esse mecanismo, conquanto importantíssimo, é insuficiente para expressar, por si só, a dinâmica das ações requeridas em prol dos DH no acelerado processo de globalização do mundo

hodierno. Considerando o número atual de membros da ONU, 193, cada país levará cerca de 4 anos para passar pela RPU. E, como ensina o eminente jurista brasileiro A.A. Cançado Trindade, urge uma atuação mais dinâmica:

(...) estes órgãos de supervisão internacionais defrontam-se hoje com grandes problemas, gerados em parte pelas modificações do cenário internacional, pela própria expansão e sofisticação de seu âmbito de atuação, pelos continuados atentados aos direitos humanos em numerosos países, **pelas novas e múltiplas formas de violação dos direitos humanos que deles requerem capacidade de readaptação e maior agilidade**, e pela manifesta falta de recursos humanos e materiais para desempenhar com eficácia seu labor.⁶⁰

E, no que se refere particularmente ao direito perscrutado neste artigo, uma pesquisa inicial mostrou resultados pouco alentadores. Por exemplo, há muito se tem criado *rankings* de países segundo o nível de violação ao ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção***, mormente por organizações ligadas aos grupos mais perseguidos. No caso do Cristianismo, a confissão mais alvejada conforme exposto no capítulo anterior, vários *rankings* foram criados⁶¹, em geral se sobrepõem, sendo um dos mais difundidos o “Mapa da Classificação da Perseguição Religiosa” da *Missão Portas Abertas*.⁶² Uma pesquisa sobre alguns dos primeiros colocados na lista de violações ao direito em tela, à luz do mecanismo da RPU do CDH, aludido acima, revela que a participação do Brasil foi, se não pífia, no mínimo insatisfatória.

Assim, vejamos: nas intervenções brasileiras frente a países como Somália,⁶³ China,⁶⁴ Afeganistão,⁶⁵ e Arábia Saudita,⁶⁶ para ficar em alguns exemplos dos mais contumazes transgressores do ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção***, não há na RPU qualquer referência específica à violação a esse direito por parte da delegação brasileira (embora sejam feitas firmes críticas gerais e a outros direitos pontuais também relevantes, como os femininos, a condenação à pena de morte, ao trabalho infantil, etc). Uma exceção encontrada, e por isso digna de menção, foi a intervenção contundente da diplomata brasileira Maria Nazareth Farani Azevêdo acerca do cerceamento de DH fundamentais por parte seguidores da Fé Baha’i no Irã, na 7ª RPU (8-9 de Fevereiro de 2010):

*Democratic regimes tolerate diversity of opinions and of religious beliefs. The Baha’i community in Iran should enjoy the same rights extended to other groups. Brazil hopes that the Baha’i leaders in prison will enjoy the due process of law.*⁶⁷

O caso mais gritante, já aludido, é o da República *Democrática* Popular da Coreia, um estado totalitário que figura, há mais de uma década, no topo dos violadores do *Direito à Liberdade de Religião e Convicção*, dentre outros DH igualmente importantes. Embora a representante brasileira tenha sido dura nas colocações,⁶⁸ novamente houve um silêncio ensurdecedor acerca do direito específico em questão, que dá à Coreia do Norte o vergonhoso título de campeã mundial de violações. Era como se avaliasse a África do Sul no tempo do *Apartheid* e não se fosse direto e específico acerca do crime de racismo! Esse “lapso moral”, dentre outros, não foi fortuito ou isolado, mas fazia parte deliberada das determinações do governo brasileiro:

(...) em 2009, o Brasil se absteve na votação no CDH de resolução que, além de reconhecer as violações existentes, renovou o mandato do relator especial da ONU que se dedica a monitorar e documentar os abusos ocorridos no país. Ao justificar a abstenção, o governo brasileiro alegou concessão de uma “janela de oportunidade” à Coreia do Norte, que no final de 2009 passaria pelo crivo da Revisão Periódica Universal. No entanto, o regime norte-coreano não aceitou nenhuma das mais de 160 recomendações feitas a ela no âmbito da RPU por diversos países, incluindo as recomendadas pelo Brasil. Assim, em 2010, quando o injustificável tornou-se insustentável, o governo Lula voltou a apoiar a resolução multilateral do CDH sobre este país asiático.⁶⁹

As justificativas do governo brasileiro em casos análogos chegam a ser engenhosas, como aquelas que apelam para uma suposta “natureza conciliadora dos brasileiros”,⁷⁰ ou supervalorizam outros princípios constitucionais acima dos DH, mas são claramente insatisfatórias:

Os responsáveis pela política externa brasileira em direitos humanos buscam justificar tais posições ao reiterar que a cooperação e o diálogo são caminhos mais eficazes para a melhoria da situação de direitos humanos do que a mera condenação. E que, seguindo a diretriz de não-alinhamento automático da política externa brasileira, o Brasil avalia caso a caso a posição a ser tomada, levando em consideração os diferentes contextos e momentos, inclusive com vistas a evitar a seletividade no CDH. **Há, porém, fragilidades nesta argumentação.** A primeira delas é que a cooperação pressupõe uma via de mão dupla entre aqueles que a oferecem e o país receptor. Em outros termos, qualquer país com o qual o Brasil se disponha a cooperar, precisa provar que está disposto, aberto e comprometido, por meio da cooperação, a melhorar a situação dos direitos humanos. (...) **Outra fragilidade** é no que se refere à seletividade denunciada, mas, no entanto, também praticada pelo Brasil.⁷¹

A mudança de governo não melhorou a situação descrita sendo que, em alguns casos, percebe-se uma piora substancial no que tange à Política Externa Brasileira. No caso do direito em foco neste empreendimento, percebe-se o mesmo escanteio do governo anterior, para não dizer a omissão quase que total e, quando é abordado, o é feito de forma descontextualizada, desproporcional e, não raro modista, como fica evidente na fala da nossa Presidente na Assembleia Geral das Nações Unidas, num momento em que era a **Cristianofobia** quem atingia níveis alarmantes:

*Como Presidenta de un país en el que viven miles y miles de brasileños musulmanes, hoy manifiesto aquí nuestro repudio vehemente ante la escalada de prejuicio islamóforo que se está registrando en países occidentales. El Brasil es uno de los protagonistas de la generosa iniciativa de la Alianza de Civilizaciones, que puso en marcha originalmente el Gobierno turco.*⁷²

Resta ainda perscrutar as razões da indiferença do MRE na defesa de tão fundamental direito, cuja violação tem ceifado milhares de vidas mundo afora (estaria a *Casa de Rio Branco* ainda sob a égide da “teoria da secularização” aventada no primeiro capítulo?). Como explicar então a pasmaceira palaciana em prol da necessária e veemente defesa do ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção*** no Níger, onde dezenas de templos cristãos foram destruídos por extremistas islâmicos na sequência improvável dos ataques à *Revista Charlie Hebdo* na França, ameaçando vários fiéis, dentre os quais diversos brasileiros, enquanto que o Itamaraty esperava que “a situação se agravasse”⁷³ para agir? Como entender que o governo brasileiro crie incidentes diplomáticos sucessivos com a Indonésia, ao defender dois traficantes brasileiros, réus confessos condenados naquela nação, enquanto não usa a mesma determinação na defesa do ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção***, tão frágil naquele país (considerado a nação muçulmana mais populosa do mundo)? Como justificar a condenação intempestiva e parcial do governo israelense enquanto ao mesmo tempo poupa o Hamas, tão violador dos DH quanto o estado judeu? Tempo e espaço faltam para explorar as incongruências do governo brasileiro nesta área dos DH tão sensível e desenvolver propostas como criar uma divisão no Itamaraty voltado às questões religiosas, sob a influência do Deptº de DH; instituir um Relator Especial sobre a Liberdade de Religião e Convicção, inspirado na ONU, que subsidiasse o governo brasileiro com informações atualizadas

através de fontes acreditáveis; elaborar melhor o conceito de não-indiferença aplicado aos Direitos Humanos, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força motriz das religiões é cada vez mais perceptível no âmbito internacional. Ignorá-la significa privar-se, na análise de mundo, de uma das dimensões humanas mais essenciais lançando, portanto, um olhar caolho sobre o cenário internacional. Nessa palheta figura o ***Direito à Liberdade de Religião e Convicção***, substrato de vários outros, anacronicamente ainda vilipendiado no mundo contemporâneo. Daí o imperativo moral de defendê-lo com galhardia aqui e alhures, coisa que o governo brasileiro tem feito de maneira insatisfatória, por demais *soft* (para usar um anglicismo comum nas R.I.). Tal postura é incompatível com a estatura moral do país no quesito abordado e com as altas aspirações de projeção internacional. Uma derradeira consideração refere-se à necessidade de exploração ulterior das avenidas visitadas (quiçá através de um Mestrado e/ou Doutorado), data à vastidão do tema e às múltiplas interfaces possíveis, a fim de estabelecer sinapses analíticas mais irrigadas, mais densas.

Referências Bibliográficas:

- 1- Fox, Jonathan In: *The Multiple Impact of Religion in International Relations: Perceptions and Reality*, p.11
- 2- Fox, *op.cit.*, pp.2-3
- 3- Berger, Peter In: *The Desecularization of the World*, p.2
- 4- Fox, *op.cit.*, p.4
- 5- Fox, *op.cit.*, p.3
- 6- CAMPOS, Marcella Pontes de In: “Ascensão ou Queda das Grandes Religiões: Conflitos entre Discursos nas Relações Internacionais”, Brasília, IREL-UnB, 2012, pp.29-30.
- 7- Fox, Jonathan & Sandler, Samuel In: *Bringing Religion in International Relations*, p.5 [grifos nossos]
- 8- RIBEIRO, Angelo Vidal d’Almeida In: “*Implementation of the Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief*”, United Nations, ECOSOC, Commission on Human Rights, 43º Session, E/CN.4/1987/35, p.3.

- 9- *Rapporteur's Digest on Freedom of Religion or Belief* (1986-2001), para.115, p.98,
Disponível em:
<<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Religion/RapporteursDigestFreedomReligionBelief.pdf> >. Acesso em: 15/02/2015.
- 10- *Rapporteur's Digest*, *op.cit.*, nº 47, p.57.
- 11- JUNIOR, Nilson Nunes da Silva In: « Liberdade de Crença Religiosa na Constituição de 1988 ». Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7101 >.
Acesso em: 15/02/2015.
- 12- DHDH, 1948, Artigo 2º.
- 13- DHDH, *op.cit.*, Artigo 18º.
- 14- PIDCP, 1966, Artigo 18º.
- 15- *Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções*, Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 25 de Novembro de 1981 - Resolução 36/55
- 16- RIBEIRO, *op.cit.*, nº 9-10, pp.4-5.
- 17- CRFB, 1988, Art.5º.
- 18- *Rapporteur's Digest*, *op.cit.*, nº 47, p.57.
- 19- *Rapporteur's Digest*, *op.cit.*, nº23, 45 e 85, p.43.
- 20- *Rapporteur's Digest*, *op.cit.*, nº63, p.11.
- 21- *Rapporteur's Digest*, *op.cit.*, nº70, p.13.
- 22- *Rapporteur's Digest*, *op.cit.*, nº27, pp.17-18.
- 23- *Rapporteur's Digest*, *op.cit.*, nº112, p.18.
- 24- *Rapporteur's Digest*, *op.cit.*, p.45.
- 25- RIBEIRO, *op.cit.*, nº64-65, p.20.
- 26- Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/02/estado-islamico-divulga-video-com-execucao-de-21-cristaos-egipcios.html> >. Acesso em: 15/02/2015.
- 27- Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/mundo/ultimas_noticias/2015/03/150307_ultnot_nigeria_boko_haram_estado_islamico_az >. Acesso em: 15/02/2015.
- 28- Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=wxghxoA7YJw> >. Acesso em: 15/02/2015.
- 29- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado “Dilemas e desafios da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no limiar do século XXI” *In*: Rev. bras. polít. int. vol.40 no.1, p.172, Brasília Jan./June 1997 [grifos nossos] Disponível em: <

- http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291997000100007&script=sci_arttext
>. Acesso em: 15/02/2015.
- 30- *The Economist*, February 28th – March 6th, 2015.
- 31- Disponível em:
<<http://www.christiantoday.com/article/prominent.atheist.blogger.hacked.to.death.in.dhaka/49001.htm> >. Acesso em: 15/02/2015.
- 32- Disponível em: < <http://www.tchrd.org/2014/04/tchrd-commemorates-25th-birthday-of-tibets-disappeared-panchen-lama/> >. Acesso em: 15/02/2015.
- 33- *Rapporteur's Digest, op.cit.*, nº93-95, p.30.
- 34- Disponível em: <
<https://news.vice.com/video/hooligans-against-salafists>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 35- *Rapporteur's Digest, op.cit.*, nº44, p.57.
- 36- Disponível em: <
<http://www.bbc.com/news/world-europe-30690376>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 37- Disponível em: <
<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-01-25/islamofobia-no-brasil-muculmanas-sao-agredidas-com-cuspidas-e-pedradas.html>>. Acesso em:
15/02/2015.
- 38- RIBEIRO, *op.cit.*, nº25-26, p.8 [grifos nossos].
- 39- Full 2014 Report Disponível em: <
<http://www.pewforum.org/files/2014/01/RestrictionsV-full-report.pdf>>. Acesso em:
15/02/2015.
- 40- Full 2015 Report Disponível em: <
http://www.pewforum.org/files/2015/02/Restrictions2015_fullReport.pdf>. Acesso
em: 15/02/2015.
- 41- Executive Summary Disponível em: < http://religion-freedom-report.org.uk/wp-content/uploads/2014/10/executive_summary.pdf>. Acesso em:
15/02/2015.
- 42- *Newsweek* Disponível em: <
<http://www.newsweek.com/ayaan-hirsi-alithe-global-war-christians-muslim-world-65817>>Veja: < <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/cristofobia/>>
L'Observatoire de la Christianophobie: < <http://www.christianophobie.fr/>>. Acesso
em: 15/02/2015.
- 43- Ribeiro, *op.cit.* nº25, p.8.
- 44- Ribeiro, *op.cit.* nº50, p.16.
- 45- Ribeiro, *op.cit.* nº33, p.11.

- 46- Ribeiro , *op.cit.* nº61, p.19.
- 47- *Rapporteur's Digest, op.cit.*, nº35, p.55.
- 48- Ribeiro , *op.cit.* nº35, p.12.
- 49- Ribeiro , *op.cit.* nº76-79, pp.22-23.
- 50- *Rapporteur's Digest, op.cit.*, nº60, p.27.
- 51- BRAZIL. *Brazilian National Report to the Universal Periodic Review Mechanism of the United Nations Human Rights Council. A/HRC/WG.6/1/BRA/1.* Geneva, 2008, nº127, p.21.
- 52- O servidor, Sr. J.Guilherme F. Maranhão, foi solícito e apresentou alternativas importantes de pesquisa, como são os relatórios do Relator Especial da ONU, utilizados extensivamente neste trabalho.
- 53- A Lei Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, dispõe que o órgão tem até 20 dias para responder a uma solicitação (prorrogáveis, se necessário, para mais 10). Meu primeiro pedido, de SET/2014, foi solenemente ignorado pelo MRE. Então, em JAN/2015, refiz o mesmo pedido ao MRE sob novo protocolo. Ao mesmo tempo, fiz uma solicitação também à SDH que respondeu antes do Itamaraty, em 2ª solicitação.
- 54- Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-visita-libia-em-meio-a-debate-sobre-pragmatismo-na-politica-externa,396013>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 55- Disponível em: <http://fes.org.br/brasilnomundo/wp-content/uploads/2014/06/livro_lula_internet_8.pdf>. Acesso em: 15/02/2015.
- 56- Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,amorim-defende-visita-de-lula-a-guine-equatorial,576542>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 57- ASANO, Camila Lissa & NADER, Lucia “Reflexão sobre a Política Externa em Direitos Humanos do Governo Lula” *In*: “Nunca antes na história desse país”...? : um balanço das políticas do governo Lula / organizadora Marilene de Paula. -- Rio de Janeiro, RJ : Fundação Heinrich Böll, 2011, pp.124-125. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2011/nunca-antes-na-historia-desse-pais...-um-balanco-das-politicas-do-governo-lula-2011>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 58- ASANO & NADER, *op.cit.*, p.127.
- 59- Solicitação nº 09200000007201534, p.2.
- 60- TRINDADE, *op.cit.*, p.169 [grifos nossos].
- 61- Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/06/25/world/terrible-countries-for-christians/>>. Acesso em: 15/02/2015.

- 62- Disponível em: < <https://www.portasabertas.org.br/cristaosperseguidos/>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 63- Disponível em: < <http://www.un.org/webcast/unhrc/archive.asp?go=110503#pm>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 64- Disponível em: <<http://webtv.un.org/meetings-events/human-rights-council/universal-periodic-review/17th-upr/watch/china-review-17th-session-of-universal-periodic-review/2760262774001>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 65- Disponível em: <<http://webtv.un.org/meetings-events/human-rights-council/universal-periodic-review/18th-upr/watch/afghanistan-review-18th-session-of-universal-periodic-review/3116184127001>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 66- Disponível em: <<http://webtv.un.org/meetings-events/human-rights-council/universal-periodic-review/17th-upr/watch/saudi-arabia-review-17th-session-of-universal-periodic-review/2758830899001>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 67- Disponível em: < <http://www.un.org/webcast/unhrc/archive.asp?go=100215#am>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 68- Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/unhrc/archive.asp?go=091207#pm>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 69- ASANO & NADER, *op.cit.*, p.127.
- 70- Disponível em: <<http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2010/08/celso-amorim-dedo-acusador-pode-render.html>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 71- ASANO & NADER, *op.cit.*, p.127-128 [grifos nossos].
- 72- Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/520/32/PDF/N1252032.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 15/02/2015.
- 73- Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1577179-nao-sobrou-nada-diz-brasileiro-sobre-escola-e-igrejas-atacadas-no-niger.shtml>>. Acesso em: 15/02/2015.